

Fortaleza, 18 de janeiro de 2021.

Ao Pregoeiro Sr. Thiago Henrique Ferreira
Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 002/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 200/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DE TRÂNSITO E DE INFRAESTRUTURAS NÃO ATIVAS, EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA E CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL – SEC. MUN. TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA- SMTTS

MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA., empresa participante do processo licitatório, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº. 16.383.848/0001-87, por meio de sua representante abaixo assinado, vem, mui respeitosamente, solicitar esclarecimento para os itens a seguir, para elaboração das propostas e documentação de habilitação para o Edital acima citado:

1. Acerca da especificação dos equipamentos fixos:

Na descrição de TECNOLOGIAS PERMITIDAS PARA A FISCALIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E COLETA DE DADOS DE TRÁFEGO constantes nas páginas 32, 33 e 034 do edital em tela, referente ao Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA, temos no item 013 para o Equipamento fixo ostensivo com display medidor de velocidade e sistema com OCR:

Equipamento fixo discreto medidor de velocidade, avanço de sinal e parada sobre a faixa de pedestres, incluindo OCR.	
27	Os equipamentos de controle de velocidade ESTÁTICO deverão gerar provas visuais coloridas, nas quais, automática e eletronicamente, sejam incluídas no mínimo, as informações relativas à velocidade permitida para o local, velocidade aferida, data, hora/minuto/segundo e o local da infração, além da marca e número do equipamento;

Sabendo que o EQUIPAMENTO ESTÁTICO, conforme a RESOLUÇÃO do CONTRAN N° 798/2020 é denominado de EQUIPAMENTO PORTÁTIL, conforme segue destacado:

RESOLUÇÃO N° 798, DE 02 DE SETEMBRO DE 2020

(...)

Art. 3º Os medidores de velocidade são do tipo: (...)

II - portátil: medidor de velocidade com registro de imagem, podendo ser instalado em viatura caracterizada estacionada, em tripé, suporte fixo ou manual, usado ostensivamente como controlador em via ou em seu ponto específico, que apresente limite de velocidade igual ou superior a 60 km/h.;

(...)

Art. 7º O uso de medidores do tipo portátil para a fiscalização do excesso de velocidade é restrito às seguintes situações:

I - nas vias urbanas e rurais com características urbanas, quando a velocidade máxima permitida for igual ou superior a 60 km/h (sessenta quilômetros por hora); e

II - nas vias rurais, quando a velocidade máxima permitida for igual ou superior a:

f

a) 80 km/h (oitenta quilômetros por hora), em rodovia; e

b) 60 km/h (sessenta quilômetros por hora), em estrada.

§ 1º Para utilização do equipamento portátil, deve ser realizado planejamento operacional prévio em trechos ou locais:

I - com potencial ocorrência de acidentes de trânsito;

(...)

§ 4º **Os medidores de velocidade do tipo portátil somente devem ser utilizados por autoridade de trânsito ou seu agente, no exercício regular de suas funções, devidamente uniformizados, em ações de fiscalização, não podendo haver obstrução da visibilidade, do equipamento e de seu operador, por placas, árvores, postes, passarelas, pontes, viadutos, marquises, ou qualquer outra forma que impeça a sua ostensividade.**"

Conforme disposto acima a medição de velocidade, para o dito equipamento, somente pode ser efetuada por agente de trânsito. Neste caso solicitamos esclarecer:

- Entendemos que a operação será efetuada pela Contratante. Está correto nosso entendimento? Caso contrário, esclarecer e justificar.
- Quais os horários e quantidade de horas semanais de cada equipamento a ser disponibilizada pela Contratada para operação do Contratante?
- Considerando que as infrações de avanço de sinal vermelho e parada sobre a faixa de pedestres são fiscalizadas por equipamentos fixos, esclarecer qual a justificativa por tais operações de fiscalização serem realizadas por equipamentos do tipo ESTÁTICO/PORTÁTIL, sabendo ser este incompatível com o tipo de equipamento em questão?

2. Solicitamos o Lay-out de integração junto ao sistema da PRODEMGE.

3. Acerca da Central de Operação e Controle Técnico:

Solicitamos esclarecer se os serviços descritos nos itens 056, 059 e 062 para a Central de Operação e Controle Técnico no item macro TECNOLOGIAS PERMITIDAS PARA A FISCALIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E COLETA DE DADOS DE TRÁFEGO, constantes na página 038 do edital em tela e transcritos abaixo podem ser executados, em local definido pela Contratada, podendo ser na sua sede ou local que entenda mais apropriado. Caso a resposta seja negativa, solicitamos a definição do local a ser instalado e condições.

4. Acerca do reajuste contratual:

Solicitamos esclarecer acerca do disposto no item 4.5 do Anexo VIII – Minuta do Contrato, que segue transcrito:

"Anexo VIII

MINUTA DO CONTRATO

(...)

4.5 Os preços estabelecidos neste contrato são fixos e irredutíveis pelo prazo do período do contrato, salvo mudança na Política Econômica, quando será utilizado para reajuste o INPC ou outro índice que o substitua, determinado pelo Governo Federal, para restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, o que faculta Termo Aditivo ao contrato."

Sabendo que o prazo de vigência é de 12 meses, prorrogáveis de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93.



Sabendo o que preconiza a legislação vigente:

O inciso XXI do **art. 37 da Constituição da República assegura a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos durante toda a sua execução:**

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...).

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Para garantir efetividade à previsão constitucional, são previstos na legislação ordinária mecanismos para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, dentre os quais se inclui o reajuste de preços.

O reajuste de preços “é a via jurídica adequada para preservar o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido pelas partes, quando elevações de custos, ocasionadas pela variação no poder aquisitivo da moeda, se mostrem capazes de inviabilizar a execução do objeto contratado” (DOTTI, 2016, p. 368).

Na Lei 8.666/93

“Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...).

XI – critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

(...).

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

(...).

III – o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;”

Em igual sentido, a Lei nº. 10.192/01 prevê que:

“Art. 2o É admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.

(...).

Art. 3o Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições desta Lei, e, no que com ela não conflitarem, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.



§ 1o A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir."

QUESTIONAMOS:

- a) Entendemos que os preços estabelecidos no contrato serão reajustados com periodicidade de 1 (um) ano. Nosso entendimento está correto?
- b) Em caso positivo, solicitamos:
 - b.1. Definição da data-base de reajuste
 - b.2. Índice de reajuste a ser aplicado
- c) Em caso negativo, solicitamos esclarecer e justificar.

5. Acerca do critério de desempate:

Solicitamos esclarecer acerca do item 7.25 do edital em tela:

"7.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei federal nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.25.1 Prestados por empresas brasileiras;

7.25.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação."

- a) Em que situação poderá ser definida a necessidade de desempate entre propostas de licitantes, uma vez que trata-se de Pregão Eletrônico? Entendemos que tal situação não é aplicável a este certame. Nosso entendimento está correto?
- b) Em caso positivo, solicitamos sua retificação.
- c) Caso a resposta à alínea "a" seja negativa, solicitamos esclarecer e justificar e ainda:
- d) Solicitamos esclarecer que documentação comprobatória a licitante deverá apresentar para fins de desempate, conforme item 7.25 acima transcrito.
- e) Entendemos que será exigido somente das empresas que estiverem em condições de empate e após a convocação do Pregoeiro. Nosso entendimento está correto? Caso contrário esclarecer.

6. Acerca do prazo para envio da proposta adequada:

No item 7.25.2 do edital em tela temos:

"7.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

Solicitamos esclarecer o prazo máximo para envio da proposta ajustada.



P

7. Acerca da demonstração dos equipamentos/sistemas:

Do item 9.12 do edital temos:

“9.12 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.”

Entendemos que a declaração de vencedor ocorrerá posteriormente a Prova de Conceito. Nosso entendimento está correto? Caso contrário solicitamos esclarecer e justificar.

8. Acerca da Infraestrutura de Servidor com Solução Integrada de Controle Administrativo, Suporte à JARI, Serviço de Consultas via internet, Manutenção e Suporte Técnico:

Sobre o item acima, da tabela 1 - Quantitativo de fornecimento, QUESTIONAMOS:

- a) A infraestrutura de servidor poderá ser em nuvem ou nas dependências da contratada? Caso contrário esclarecer.

Por fim, vale ressaltar que a respostas aos questionamentos acima são de vital importância para a elaboração das Propostas e dos Custos, de forma a obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

As respostas a estes questionamentos poderão ser encaminhadas através de nosso Fax: (85) 4006-1294 e/ou através do e-mail: salatecnica@mobitbrasil.com.br.

Certos de V. atenção, desde já agradecemos.



Monique Rangel das Chagas Coêlho Cintra

Representante Legal - R.G. 2003002206701

MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA

CNPJ nº 16.383.848/0001-87



INSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO

SAIBAM todos quantos este público instrumento de **PROCURAÇÃO** virem que, aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte (25/08/2020), nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, República Federativa do Brasil, a este Notariado, sito na Av. Desembargador Moreira, nº 1000-A, Aldeota, compareceu perante mim - **ANDREZZA TALIA SANTIAGO** - escrevente deste 8º Tabelionato Aguiar, como **OUTORGANTES** - **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0001-87, com sede à Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387 - Conjunto 101, Vila Nova Conceição, São Paulo, São Paulo, **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0002-68, com sede à Rua Joaquim Figueiredo, nº 68, Triângulo, Juazeiro do Norte, Ceará, **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0003-49, com sede à Rua Francisco Heronildes da Silva, nº 165, Nova Betânia, Mossoró, Rio Grande do Norte, **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0004-20, com sede à Rua Israel, nº 13-B, Jardim São Cristóvão, São Luís, Maranhão, **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0005-00, com sede à Rua Raimundo Juvino de Oliveira, nº 2436, Lagoa Nova, Natal, Rio Grande do Norte, **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0006-91, com sede à Rua Bolívia, nº 245 - Edícula, Cechino, Americana, São Paulo, **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0007-72, com sede à Rodovia BR 116, nº 10.000 B, Jangurussu, Fortaleza, Ceará, **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0008-53, com sede à Travessa Manoel Rodrigues do Monte, nº 92, Domingos Olímpio, Sobral, Ceará e **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0009-34, com sede à Avenida Floriano Peixoto, nº S/N, Quadra 007 - Lote 09/10/21/22, Loteamento Esplanada, Parauapebas, Pará, todas neste ato representadas por sua diretora executiva, **CRISTIANE JOSINO PINHEIRO**, nascida em 05/12/1965, brasileira, casada, administradora, Cédula de Identidade

90002059628/SSPDS-CE (CNH-00943098245/DETRAN-CE), CPF/MF 231.989.073-49, com escritório profissional situado na Rodovia BR 116, nº 10.000, Jangurussu, na cidade de Fortaleza-Ceará, reconhecida como a própria por mim escrevente, conforme os documentos apresentados, de cujas capacidade jurídica dou fé, e por ela, representante das Outorgantes, me foi dito que por este instrumento nomeiam e constituem seus procuradores, ora denominados OUTORGADOS - EQUIPE 01 - ANDRE MAZZEI DE CAMPOS, brasileiro, casado, engenheiro civil, Cédula de Identidade 23.854.733-4/SSP-SP, CPF/MF 256.005.538-46, residente e domiciliado na Rua Antonio Clemente, nº 382, Jardim São Paulo, na cidade de São Paulo-São Paulo, MONIQUE RANGEL DAS CHAGAS COELHO CINTRA, brasileira, casada, engenheira civil, Cédula de Identidade 2003002206701/SSP-CE, CPF/MF 938.213.287-20, residente e domiciliada na Rua Silva Jatahy, nº 400 - ap. 1201, Bloco B, Meireles, nesta cidade de Fortaleza-Ceará, ALEX AILTON DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, engenheiro civil, Cédula de Identidade Profissional 140703024-8/CREA-MG, CPF/MF 027.330.736-30, residente e domiciliado na Rua dos Heliotropios, nº 355, Mirandópolis, na cidade de São Paulo-São Paulo, WALDEN MEIRELES PRATA, brasileiro, casado, engenheiro, Cédula de Identidade 458786/SSP-CE (CNH-02912923005/DETRAN-CE), CPF/MF 073.486.903-78, residente e domiciliado na Rua Otacilio Mota, nº 97 - casa 22, Luciano Cavalcante, na cidade de Fortaleza-Ceará, TELMO DE JESUS ALFREDO, brasileiro, casado, comerciante, Cédula de Identidade 2007944065-1/SSP-CE, CPF/MF 033.498.178-66, residente e domiciliado na Rua Francisca Xerez, nº 140 - ap. 201, torre B, Guararapes, nesta cidade de Fortaleza-Ceará. EQUIPE 02 - JOSÉ MANUGUERRA, brasileiro, casado, engenheiro, Cédula de Identidade 16865739/SSP-SP, CPF/MF 125.511.038-43, residente e domiciliado na Rua Mapuá, nº 28, Chácara Monte Alegre, na cidade de São Paulo-São Paulo e RONALDO DA SILVA LIMA, brasileiro, solteiro, coordenador de licitações, Cédula de Identidade 20014588/SSP-SP, CPF/MF 093.173.718-41, residente e domiciliado na Rua Guaxumã, nº 304, Vila Rio Branco, na cidade de São Paulo-São Paulo, aos quais conferem os seguintes PODERES: os Outorgados da EQUIPE 01 poderão representar, em conjunto ou isoladamente, a Outorgante nas licitações públicas de qualquer modalidade, seja Concessões e/ou Permissões Públicas, Concorrência, Tomada de preços, convite, pregão presencial ou eletrônico, concurso, leilão, Registro de Preços ou atas de adesão(carona), junto aos órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, suas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Paraestatais, Secretarias de Governo, outros órgãos, em todo o território Nacional, podendo ditos procuradores, requerer vista dos autos do processo administrativo; assinar as competentes atas das sessões públicas ou reuniões realizadas; impetrar, apresentar e



desistir de recursos administrativos, contra quaisquer decisões seja em qualquer fase do procedimento licitatório; efetuar impugnação; fazer pedidos de esclarecimentos, anuir, consentir, transigir, assinar denúncia e/ou representação no âmbito dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios; assinar termos de constituição de consórcio; fazer propostas de preço; ofertar lances, rebaixas e descontos em pregões e qualquer modalidade de licitação; assinar contratos de fornecimento, execução, locação, prestação de serviços, declarações e formulários destinados à Licitação; assinar contratos administrativos e seus aditivos, ofícios, oriundos de licitação pública; credenciar prepostos, efetuar visitas técnicas; enfim, praticar todos os atos legais e necessários ao fiel cumprimento deste mandato. Autorizados, ainda, a representar, em conjunto ou isoladamente, a OUTORGANTE perante os conselhos profissionais, especialmente CREA's e CRA's, em todo território nacional. Os Outorgados da EQUIPE 02 poderão representar, em conjunto ou isoladamente, a Outorgante em licitações públicas de qualquer modalidade, seja Concessões e/ou Permissões Públicas, Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Pregão Presencial ou Eletrônico, Concurso, Leilão, junto aos órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, suas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, Paraestatais, Secretarias de Governo, outros órgãos em todo o território nacional, podendo os ditos procuradores, requerer vista dos autos do processo administrativo; assinar as competentes atas das sessões públicas ou reuniões realizadas; impetrar, apresentar e desistir de recursos administrativos contra quaisquer decisões seja em qualquer fase do procedimento licitatório; efetuar impugnação; fazer pedidos de esclarecimentos, anuir, consentir, transigir, fazer propostas de preço; ofertar lances, rebaixas e descontos em pregões e qualquer modalidade de licitação; efetuar visitas técnicas; enfim, praticar todos os atos legais e necessários ao fiel cumprimento deste mandato. Autorizados, ainda, a representar, em conjunto ou isoladamente, a OUTORGANTE perante os conselhos profissionais, especialmente CREA's e CRA's, em todo território nacional. É vedado o substabelecimento. Esta procuração é válida por 12 (doze) meses, a contar desta data. (sob minuta). E, assim o disse e me pediu que fosse lavrado este instrumento que lhes sendo lido, aceita e assina, perante mim, escrevente autorizado. **DECLARAÇÃO FINAL - O(A)(S) OUTORGANTE(S)**

declarou(aram) que se responsabiliza(m) pela exatidão da qualificação e identificação do(a)(s) OUTORGADO(a)(s), bem como pelos dados fornecidos relacionados ao objeto e teor deste mandato. (A) ANDREZZA TALIA SANTIAGO, ESCRIVENTE AUTORIZADA, (AA) CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO. TRASLADADA HOJE. Fortaleza, 25 de agosto de 2020. Eu ANDREZZA TALIA SANTIAGO, ESCRIVENTE AUTORIZADA, subscrevo e assino em público e raso do que uso. **VÁLIDA SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE.** Emolumentos R\$ 299,79, Fermoju R\$ 37,80, FAADep R\$ 15,03, Selo R\$ 48,69, ISS R\$ 15,03, FRMP R\$ 15,03, Total R\$ 431,37, Digitalização R\$ 6,43. Conforme Portaria 2749/2015 TO-SE, Leis Estaduais 14.826/10 e 15.249/12 e Provimento 14/2018 CGJCe.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE.

ANDREZZA TALIA SANTIAGO
ESCRIVENTE AUTORIZADA (A)
(Matrícula 080118)



CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES	
Nº do Atendimento:	100580
Total Emolumentos:	R\$ 299,79
Total FERMOJU:	R\$ 37,80
Total Selos:	R\$ 48,69
Valor Total:	R\$ 386,28
Base de Cálculo / Atos com Valor Declarado	
Benefício 1: R\$ 0,00	
Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos evolidos	
Códigos: 2003	

EDIVANE DO NASCIMENTO
ROCHA-05354582318
Documento assinado digitalmente, conforme apresentado original ao Cartório Aguiar
2020.08.26 09:51:21 -03'00'



Autenticação Digital

Conforme o parágrafo único do artigo 343 do Provimento nº 08/2014/CGJ-CE, autenticado esta imagem digitalizada, reprodução fiel do documento original. O referido é verdadeiro. Dou fé.
Cód. Autenticação: 49938748-4; Data: 2020-08-26 09:53:25
Caso imprima esta cópia deverá acompanhar Certidão de Autenticação a confirmar no <http://indic.cartoraguiar.com.br/validaconsulta>

VALIDAÇÃO

O(s) documento(s) em anexo é(são) reprodução(ões) fiel(is), do(s) original(is) que me foi(ram) apresentado(s), confirmando a(s) sua(s) autenticidade(s) através do Código de Controle e Autenticação abaixo indicado, impresso em cada documento anexo.

Código de Controle da Autenticação: 46938748-1 a 46938748-4

Número do pedido: 10903

Emitida em 26/08/2020 às 09:41:03

VÁLIDA até 26/08/2021 às 09:41:03

Solicitada eletronicamente por:

MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA

A autenticidade deverá ser confirmada no site
www.cartorioaguiar.com.br informando o código de verificação abaixo

46938748



CHAVE DIGITAL

Produzida conforme certificação digital ICP- Brasil – MP 2.200-2/2001

e01f79b80f5797bbbf97f0a6130442b6c97565f667c4a031aaf482f34610135463e064b2d8495bf5fdbcb3ec77c
9971757c3ee885daf8e8059a9f4bd95d239e

8º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
Av. Desembargador Moreira, 1.000A - Aldeota
Fortaleza - Ceará - CEP 60170-001
55 85 3466-7777
tabeliao@cartorioaguiar.com.br
www.cartorioaguiar.com.br

Escritura
Procuração
Reconhecimento de firma
Autenticação
Ata Notarial
Testamento
Protesto
Divórcio
Inventário

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INTERIOREZA
DIREÇÃO DE REGISTRO NACIONAL
DIREÇÃO DE REGISTRO NACIONAL

CE

NOME
MONIQUE RANGEL DAS CHAGAS COELHO CINTRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR DE
2003002206701 SSPDS CE

CPF
936.213.287-20

DATA NASCIMENTO
23/05/1970

PRIMAÇÃO
ANTONIO TAVARES DAS CHAGAS
EDMA CARVALHO RANGEL DAS CHAGAS

PERMANENTE
NCC
CÁDASTRO

INSCRIÇÃO
00002216395

VALIDADE
02/01/2025

1ª HABILITAÇÃO
22/06/1989

Observações
A

Assinatura do Registrante
Monique Rangel das Chagas Coelho Cintra

LOCAL
FORTALEZA, CE

DATA EMISSÃO
05/01/2020

94045417605
CE174302894

CEARA

RECÍPITO PLASTIFICAR
1846968100

VALIDADE EM TORO
OTENTIDOR NACIONAL
1846968100

AGUIAR
3ª Edição

GABRIEL ABREU SOUZA 61221161300
Documento assinado digitalmente,
conforme apresentado originalmente
Cartório Aguiar
2020.07.12 12:04:41 -0300

AGUIAR
3ª Edição

VALIDADE
N. IF 396009

ALVN 03
AUTENTICACAO

QR CODE

9

VALIDAÇÃO

O(s) documento(s) em anexo é(são) reprodução(ões) fiel(is), do(s) original(is) que me foi(ram) apresentado(s), confirmando a(s) sua(s) autenticidade(s) através do Código de Controle e Autenticação abaixo indicado, impresso em cada documento anexo.

Código de Controle da Autenticação: 44433805-1 a 44433805-1

Número do pedido: 10803

Emitida em 22/07/2020 às 12:00:33

VÁLIDA até 22/07/2021 às 12:00:33

Solicitada eletronicamente por:

MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA

A autenticidade deverá ser confirmada no site
www.cartorioaguiar.com.br informando o código de verificação abaixo

44433805



CHAVE DIGITAL

Produzida conforme certificação digital ICP- Brasil – MP 2.200-2/2001

84bc6e59d0cd0f3df2de4980aa111e364f4e1d27b5ce4e80ca1a28bb3f4fa9eddbb5417e751a3b5d842109820
77c8d7b251ce21c3abcda40b7bf53d5a2fa70b4